



RESENHA

BIGNOTTO, Newton. *O Brasil à procura da democracia: Da Proclamação da República ao Século XXI.* Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. 264p.

 10.21680/1983-2109.2021v28n55ID23711

João Pedro Andrade de Campos

Universidade Federal de Goiás (UFG)

 0000-0002-4072-4009

jp.andrade.campos@gmail.com

O recém-lançado livro de Newton Bignotto se insere em um conjunto crescente de reflexões sobre a democracia que vem despertando o interesse de intelectuais tanto no Brasil quanto em outros países. Apesar deste tema, como mencionado, ser objeto de exaustivas análises por parte de pensadores, pesquisadores e acadêmicos das mais diversas linhagens e escolas de pensamento, a obra em questão não se acomoda em lugares comuns e em argumentos confortáveis àquelas investigações mais apressadas. Por este caminho, a presente resenha tem como objetivo principal o esforço de mostrar quais sutilezas reflexivas podem ser encontradas em *O Brasil à procura da democracia: Da Proclamação da República ao Século XXI*, e que podem ser esperadas pelo leitor.

A fim de iniciarmos nosso trabalho, consideramos importante apresentar a estrutura formal da obra. Bignotto reúne nesse livro um conjunto de textos apresentados por ele na *École des Hautes Études en Sciences Sociales*, em Paris, no ano de 2019. No que diz respeito à disposição dos capítulos, como é esperado em razão de o

próprio título da obra evidenciar um percurso histórico, começamos com uma reflexão sob um viés de entrada cronológico¹. Assim, iniciamos esse percurso com a (i) formação da Primeira República (1889-1930); adiante passamos pela (ii) Era Vargas e a Segunda República; (iii) a Terceira República e seus aspectos democráticos são vistos sob a lente esperançosa do rompimento com o autoritarismo da ditadura civil-militar e as mitigações da desigualdade socioeconômica; por fim (iv) o autor desenvolve suas reflexões sobre aqueles acontecimentos mais próximos de nossa vivência prática e que são encarados como um período de crise da democracia brasileira no século XXI, indo dos governos Dilma à eleição de Bolsonaro – com um interessante destaque dado aos desdobramentos heterogêneos das manifestações ocorridas no país em junho de 2013. Não seria equivocado pensar que, em se tratando de uma discussão empreendida pela sequência cronológica de nossas experiências políticas no Brasil, o texto de Bignotto corra o risco de se tornar maçante e até mesmo superficial por encarar um período histórico que compreende cerca de cento e trinta anos de intensas atribuições na vida política de nosso país. Todavia, como esperamos mostrar, um dos grandes méritos que podemos visualizar, de modo explícito, na escrita do autor é a elegância com a qual ele transita por esses períodos históricos privilegiando aqueles momentos singulares de nossa experiência democrática, sem perder de vista, inclusive, que seu objetivo de análise não é o de reescrever, ignorar ou minimizar toda a gama de pensamento sobre o tema já discutido por outros pensadores em outros formatos, com outros métodos e méritos, mas sim fornecer um olhar de sobrevoos a respeito da formação política dos períodos republicanos de nosso país.

O objetivo do autor se torna claro, portanto, quando compreendido, segundo ele próprio, a partir da reflexão sobre o período republicano brasileiro. Em tal recorte teórico, a reflexão de

1 É importante notar que o autor está ciente de que a delimitação cronológica-histórica dos eventos analisados não é um ponto pacífico entre todos os estudiosos do tema (p. 26-27).

Bignotto se estende do final do século XIX ao início do século XXI ressaltando a perspectiva de que seu texto trata das ideias democráticas que percorrem por esse período. Assim, ele diz: “meu interesse está nos debates teóricos sobre a natureza dos regimes políticos, mas também nas representações do regime democrático, que influenciaram intelectuais brasileiros e também políticos e a imprensa em geral” (p. 19). Somado a isso, o autor indica que seu campo de leitura é amplo, perpassando por diversas áreas e plataformas, entre textos de história, sociologia e também aqueles publicados em outros veículos, como jornais e revistas. Ciente de que em todo recorte teórico escolhas em relação às fontes consultadas são imprescindíveis, Bignotto expressa seu objetivo maior nos termos de “dar mais um passo em direção ao entendimento mais amplo da questão democrática no Brasil” (p. 19).

No que diz respeito aos aspectos conceituais, a base argumentativa do autor está posta em cinco conceitos principais, a saber, o par liberdade-igualdade, seguido pelos conceitos de comunidade e autonomia e, por fim, o de participação e o de conflito. Embora estes conceitos sejam operadores centrais da reflexão de Bignotto, minha percepção é de que, em determinados momentos, eles ficam relegados a um segundo plano e, em outros, são destacados exaustivamente – como no caso da última parte de seu livro. Todavia, isto não compromete de forma alguma a acuidade com que os temas e conceitos são tratados ao longo dessa imersão no pensamento sobre a democracia brasileira. Para discorrer a respeito destes conceitos, pensadores associados comumente à tradição republicana são mobilizados, entre eles, por exemplo, Maquiavel, Claude Lefort e Hannah Arendt. Já entre os estudiosos brasileiros, seria de certa forma improdutivo listar todos os autores que merecem destaque nos diálogos travados e arranjados pelo autor, uma vez que a pluralidade de pensamentos reunida na obra coloca em um trabalho conjunto pensadores desde Manoel Bomfim, Oliveira Viana e Joaquim Nabuco até José Murilo de Carvalho, Sérgio Abranches e Marilena Chauí, levando em conta

também nomes como os de Florestan Fernandes, Caio Prado Júnior e Sérgio Buarque de Holanda. Este traço plural revela um cuidado em relação aos processos da teoria política e também de sua prática muito peculiares ao Brasil e que, portanto, percorrem vias intelectuais até mesmo distintas em suas raízes.

No que diz respeito ao primeiro capítulo da obra, o tema da fundação pode ser considerado o elemento catalisador. Neste sentido, a discussão encaminhada pelo autor revela-se na intenção de mostrar como os aspectos simbólicos presentes na formação original de outras repúblicas não desempenhou um papel na consolidação de um corpo político novo no Brasil. Bignotto dirá que “uma das razões do fracasso simbólico da proclamação da República é o fato de ter sido muitas vezes um ato fundador não concluído. Imaginada como uma revolução, a queda da monarquia foi percebida como um conjunto banal de ações políticas e *não como um movimento*”, ele completa, “*capaz de provocar a transformação radical da vida política brasileira*” (p. 45; grifo meu). Na esteira das formulações de Arendt sobre o peso simbólico do ato de fundação e de como este evento deveria originar um ponto de inflexão no próprio modo da vida política de uma comunidade, nosso autor dirá que a proclamação da república brasileira em 1889 – ou mesmo posteriormente, em 1891, com a elaboração de sua constituição – “não foi precedida pela crença no papel da fundação na construção de uma nova forma de viver juntos. Ela foi vista e vivenciada como um simples ato político que marcou o fim de um regime que tivera o imperador como líder” (p. 51).

A propósito do segundo capítulo, parece-me que essa seja a parte mais densa da reflexão de Bignotto. O personagem central do período de 1930 a 1964 seria, segundo o próprio autor do texto, Getúlio Vargas (p. 81). Podemos concordar, sem maiores problemas, com essa perspectiva tendo em vista que Vargas, desde o final da Primeira república (1889-1930), participa direta ou indiretamente de todos os eventos politicamente significativos da vida pública do país. Apenas com este fio condutor, Bignotto já teria material suficiente para seu estudo nessa altura do texto. Porém, à

complexidade deste elemento inicial é somada a inserção do exame das principais ideias de pensadores do calibre de Gilberto Freyre, Celso Furtado, Raymundo Faoro e Sérgio Buarque de Holanda. Chamamos a atenção para esse ponto por dois motivos. O primeiro deles é em relação à já mencionada densidade de conteúdo presente nessa seção. E o segundo ponto diz respeito ao modo como Bignotto arregimenta tanto a efervescência de ideias e interpretações sobre o Brasil produzidas nesse período, quanto a vida política em seu sentido mais institucional, por assim dizer. Esta fotografia, acredito, ainda nos parece indicar com maior ênfase que *O Brasil à procura da democracia* pode e, porque não, deve ser lido em duas frentes. A primeira delas seria aquela que evoca o perfil histórico de nossa formação democrática enquanto país. Já a segunda se daria por uma leitura dessa mesma formação, porém vista pelo olhar da formação intelectual brasileira. No bojo deste contexto, não creio que essas perspectivas, entretanto, sejam excludentes. Pelo contrário, o ganho de leitura que temos aqui é duplo, no sentido de que podemos ler a obra em questão sob aqueles dois vieses já explicitados, como também podemos combiná-los para extrairmos um sumo ainda mais nutritivo das reflexões encaminhadas por Bignotto.

A terceira etapa das investigações do autor de *O Brasil à procura da democracia* se dirige a um recorte que compreende os anos da ditadura militar aos governos Lula. No que diz respeito aos anos em que o país viveu forte repressão, principalmente com a edição sistemática dos Atos Institucionais, destacando-se o AI-5 em 1968, a leitura feita por Bignotto continua na trilha dos capítulos anteriores ao mesclar os acontecimentos da política prática, das experiências mais próximas do cotidiano com o amadurecimento do pensamento acadêmico sobre o Brasil. A influência de autores como Marx, Weber e Gramsci, além dos já mencionados Lefort e Arendt, foi sentida de maneira importante. Estudiosos brasileiros, em grande parte vinculados a universidades de prestígio como USP, UFMG, UFBA, UFPE, UFRGS e PUC-Rio, assim como o Cebrap e o Iuperj, debruçaram-se sobre as questões próprias de nosso país à luz dos clássicos da filosofia, das ciências sociais, da história. Dentre

essas novas maneiras de se pensar o Brasil, que sob uma renovação intelectual arejaram o que se fazia na academia e na reflexão dos acontecimentos práticos (p. 171-172), gostaria de destacar o modo como a teoria do republicanismo ganhou um espaço considerável no debate sobre o país.

O crescente interesse pelo tema do republicanismo, a partir dos anos 1990, proporcionou uma nova guinada nas pesquisas empreendidas por diversos intelectuais brasileiros sob a influência, principalmente, de autores já consagrados em seus estudos a respeito da referida tradição de pensamento como, por exemplo, Quentin Skinner, J. G. A Pocock e Maurizio Viroli (p. 180). Seguindo esse caminho, Bignotto elucida como conceitos caros ao pensamento republicano, a saber, a vida ativa, a esfera pública, a virtude cívica, o conflito e a representação se tornaram cada vez mais presentes nas reflexões daquela época e nas seguintes. Já no que diz respeito ao analisado sobre os governos Lula, o grande mérito do autor nesse capítulo, parece-me, é a dosagem equilibrada em mostrar que o período compreendeu grandes avanços político-sociais e, também, de ordem simbólica (p. 194), sem fechar os olhos para os problemas relativos às acusações de corrupção pelo grupo político que estava no poder: “Embora nem todos os fatos relativos às acusações de corrupção e abuso de poder dirigidos a Lula tenham sido satisfatoriamente comprovados, não há como negar que algo escapara do controle de um partido que se fizera pregando a ‘ética na política’” (p. 195).

O último capítulo, seguindo a perspectiva histórica dos eventos políticos brasileiros, trata, portanto, de Dilma a Bolsonaro. A abertura feita pelo autor, do tema que será tratado, chama a atenção pela sobriedade. Bignotto tem a cautela de se distanciar de leituras mais apressadas desse contexto ainda muito próximo e presente no cenário nacional (p. 201). Sua reflexão não será de propor uma sistematização dos eventos dos últimos anos, nem mesmo uma diretriz a ser seguida. A partir do conceito de “guerra de facções”, recuperado em Maquiavel e nos federalistas americanos, Bignotto pretende levar ao limite a perspectiva de que, sim, há um risco que

paira sobre a estabilidade democrática no país, ao passo que os pilares de igualdade, liberdade, participação, aceitação dos conflitos, autonomia da comunidade política e identidade não são bem dispostos em nosso contexto (p. 202). O evento político a ser retido nesse capítulo é o das manifestações em junho de 2013. De modo difuso, essas manifestações até hoje despertam a curiosidade intelectual e a prática em diversos campos e espectros de análises conceituais.

O objetivo que nosso autor realiza, neste sentido, é o de mostrar, sob o guarda-chuva do conceito de guerra de facções, que tais manifestações não foram direcionadas de modo correto a fim de se preservar a vida democrática do país (p. 230). “A natureza fragmentária das reivindicações migrou para a vida política e a contaminou. O resultado mais direto de 2013 foi o surgimento ou o fortalecimento de um grande número de facções que, tendo como guia seus interesses particulares, contestaram abertamente o poder” (p. 226). Caracterizar este período como marcado por uma guerra de facções parece ser um acerto. Pois, como o próprio autor argumenta, o que se experienciou a partir das fragmentadas e pulverizadas reivindicações de 2013 não foi uma evidente preocupação com o bem comum, mas, pelo contrário, identificou-se um esgarçamento do tecido social, ao passo que “cada facção escolhe não apenas uma interpretação dos textos constitucionais, mas as que serão respeitadas de acordo com os interesses privados” (p. 232).

Associado ao modo pelo qual o conceito de guerra de facções contribui para a compreensão de nossa realidade, Bignotto alerta para o risco da instrumentalização desses grupos e como eles podem, então, comprometer a estabilidade das instituições democráticas (p. 243). O tema do fascismo, invariavelmente, ocupa um lugar na abordagem final do autor. Ele se pergunta: “Não vivemos em um regime fascista no Brasil e, neste momento, não há um grupo político importante explicitamente ligado ao fascismo. Por que, então, deveríamos nos preocupar com um problema que está longe de nossa realidade imediata?” (p. 234). Ao responder tal

questionamento, o autor nos recorda que, por exemplo, o fascismo italiano não surgiu da noite para o dia. Foi preciso um tempo de gestação para que, aos poucos, ele se espraiasse pela sociedade daquele país minando as instituições políticas. No Brasil, vale destacar o modo pelo qual artistas, intelectuais e políticos, como o caso da vereadora Marielle Franco assassinada em 2018, vêm sendo constantemente perseguidos por expressarem suas ideias e posições políticas. Este movimento de naturalização da violência é um dos fatores aos quais o autor chama a atenção para nosso cuidado (p. 237).

Em um balanço geral, o livro de Newton Bignotto nos convida a importantes e inadiáveis reflexões. As inquietações reunidas nesta obra nos permitem uma melhor compreensão dos rumos de nossa história democrática. Para aqueles que poderiam buscar uma simplista refutação deste percurso, recorrendo a retórica de que cada momento histórico é delimitado por ele mesmo, o autor responde de modo bastante preciso: “Todas as sociedades históricas são diferentes umas das outras. Se não pudermos usar o que aprendemos com o passado, simplesmente não poderemos desenvolver um conhecimento da política, porque o presente seria o único domínio de nossas experiências e estaríamos condenados ao cacarejar das opiniões” (p. 238).